

O DEBATE POLÍTICO PELA SEPARAÇÃO DOS PODERES E A EDUCAÇÃO SOB A PERSPECTIVA DE GUILHERME DE OCKHAM

ALINE ROMERO DA SILVA (UEM- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ).

Resumo

A Escolástica foi a base teórica do mundo medieval. A partir dela, os homens, especialmente os intelectuais, construíram uma explicação mental de suas existências (OLIVEIRA, 2005). Embora esta corrente tenha se desenvolvido ao longo de toda a Idade Média, o seu ápice ocorreu em torno do século XI juntamente com o renascimento do comércio e das cidades e com o surgimento das Universidades. Durante este período, os poderes eclesiástico e laico caminharam juntos, de modo que, para os intelectuais escolásticos, fé e razão eram fundamentais para o progresso do ser humano. Em meados do século XIII e XIV, desenvolveu-se na Igreja uma teoria hierocrática afirmando que o Papa estava revestido de poderes supremos. Neste momento, dentre os autores que se destacaram temos o franciscano Guilherme de Ockham que discute a separação dos poderes em sua obra "Brevilóquio". Nela, o autor argumenta e defende a idéia de que o Papa não pode ter a supremacia sobre o poder temporal. Assim, neste texto, estudamos este debate político pela separação dos poderes sob a perspectiva de Ockham, demonstrando como esse debate interfere diretamente na construção educativa dos sujeitos, especialmente no que diz respeito à sua liberdade e autonomia, ressaltando a importância da produção de conhecimento na formação docente

Palavras-chave:

História da Educação , Escolástica, Formação Docente.

A educação está relacionada estreitamente com a sociedade e a cultura de cada época, as quais produzem ideais e modelos humanos. A educação não nasce com o homem, mas é adquirida no decorrer de sua vida. Em cada momento histórico os homens vivem constantemente lutando por liberdade e buscando constantemente conhecimento, sabedoria visando o bem comum e a prosperidade da sociedade.

Assim, este artigo tem como objetivo analisar características relevantes da Escolástica, priorizando o debate político pela separação dos poderes, procurando explicitar como este debate influenciou o conhecimento na modernidade. Tem a finalidade também de analisar o pensamento de um dos grandes intelectuais do século XIV, em âmbitos que interessaram aos homens medievais e, de certa maneira, interessam a nós hoje, como a educação, a política, as mudanças sociais e a importância do conhecimento na formação dos indivíduos. Bem como enfatizar que as mudanças na sociedade propiciam a perspectiva de liberdade nos indivíduos.

Desse modo, para o desenvolvimento dessas considerações, apresentaremos o pensamento de Guilherme de Ockham. Este autor vem a ser o representante do fim da escolástica exatamente porque considera que a fé e a razão são elementos fundamentais aos homens, mas não podem caminhar mais juntas no seu tempo. Oportuno destacar que o estudo desse importante pensador permite compreender não apenas o fim da escolástica, mas o fim da Unidade e Universalidade da Igreja, em conseqüência, da Idade Média (OLIVEIRA, 2005).

Para esclarecer o pensamento de Ockham será analisada a obra *Brevilóquio sobre o principado tirânico* de modo que permita apresentar o questionamento da

supremacia do poder papal, possibilitando esclarecer o debate político pela separação dos poderes.

Acreditando que o presente trabalho contribui no processo de formação acadêmica em Pedagogia. De acordo com Libâneo (2000, p.22), a Pedagogia é o campo de conhecimento que se ocupa do estudo da educação, da prática educativa que se realiza na sociedade. Desse modo, expressa as finalidades sociopolíticas, isto é, a Pedagogia seria uma ciência sobre a atividade transformadora da realidade educativa.

A nossa pesquisa corresponde aos aspectos políticos, educacionais e sociais do século XIV ocidental. Assim, atemo-nos a analisar, em linhas gerais, o contexto entre os séculos XI e XIV, pois o processo histórico que eclode no século XIV, do qual Ockham é um de seus maiores expoentes, principia a ocorrer na segunda metade do século XI.

De acordo com Le Goff (2005), o desenvolvimento da cristandade a partir do século XI possui duas grandes causas: crescimento demográfico causado pelo fim das invasões e o aprimoramento das instituições que controlam a atividade militar e o desenvolvimento da atividade agrícola.

Nesse sentido é importante destacar que essas mudanças tiveram início no século XI quando começaram a ser rompidas as relações entre a Igreja e os laicos, especialmente, os senhores e príncipes. Devido o amadurecimento da sociedade feudal pode-se dizer que a sociedade não era mais tão ruralizada, pois as pessoas possuíam modos mais polidos, provenientes dos hábitos citadinos e da corte do senhor. No contexto rural, houve o aprimoramento do trabalho (desenvolvimento do moinho, charrua, entre outros instrumentos), possibilitando o aumento da produção.

Nessa conjuntura, como afirma Le Goff (2005), o renascimento comercial foi impulsionado, não somente pelo excedente populacional, mas também pelo desenvolvimento técnico do trabalho rural. O desenvolvimento do sistema de produção feudal contribuiu para o desenvolvimento das cidades e do comércio, promovendo o progresso dos vários elementos componentes da sociedade como um todo.

De fato, sendo a agricultura a base da sociedade medieval, o amadurecimento do sistema feudal e da produção agrícola não somente abastecia a cidade com produtos, como também fornecia a ela indivíduos.

Na discussão que se segue, Le Goff (2005) destaca que no início do processo de renascimento urbano, a cidade e o campo viviam uma relação de dependência, pois a cidade necessitava do campo e o campo da cidade. O autor explicita que as atividades comerciais e artesãs encontravam-se submetidas às condições impostas pelos senhores feudais, já que os senhores aplicavam taxas e impostos sobre os viajantes comerciantes que passavam por suas terras e as matérias primas eram provenientes dos feudos.

Le Goff (2005) observa que os séculos XII e XIII destacaram-se pelo reflorescimento da vida urbana ocasionada pela atividade dos artesãos e mercadores. Nessa conjuntura, o autor argumenta que o renascimento da vida urbana proporcionou as condições para o desenvolvimento da Escolástica.

Partindo do pressuposto de que o progresso do ser humano dependia não apenas da vontade divina, mas também do próprio esforço do homem, a escolástica

valorizava a racionalidade não conflitando fé e razão, pois ambas auxiliavam na busca do conhecimento. Trata-se de uma forma nova de pensar que traz em seu âmago o conjunto da sociedade, buscando explicar a essência do ser humano em sua fé e em sua natureza humana.

Ressalta-se que até o século XI, o mundo estava dividido entre os homens que eram da Igreja e os que não eram. A partir deste século quando as relações sociais começaram a se tornar mais complexas, surge a necessidade de uma teoria explicativa da sociedade e do poder da Igreja.

Nesse contexto de mudança na sociedade da baixa Idade Média, o Papa buscava demonstrar com veemência que a Igreja era quem possuía a verdade perfeita. Pretendia controlar a sociedade, fazer leis, exercer poder absoluto sobre a sociedade laica. Oliveira (2005) explica que, a partir do século XII, o rei passou a ter funções na sociedade. Precisava controlar a paz, ser um legislador, ou seja, começou a exercer função que até então era ocupada por homens da Igreja.

Contudo, ainda que a realeza principiasse a se fortalecer, no século XII, ela ainda não tinha forças para impor sua supremacia sobre o papado, ou seja, ela ainda estava submissa à Igreja. Somente no século XIII a interferência da Igreja sobre o poder real passa a ser questionado de forma mais radical.

Nesse contexto entre Alta Idade Média e Idade Média Central, no qual teve início o mundo burguês, alguns intelectuais se destacaram e estabeleceram discussões acerca da realidade vivenciada por eles naquele momento histórico. Dentre estes autores escolásticos podemos destacar Santo Anselmo (1033? - 1109) que discutia a existência das coisas como obras divinas e tentava provar a existência de Deus a partir da razão humana.

Pedro Abelardo (1079-1142) foi um pensador que se destacou no século XII. Segundo Le Goff (1995), Abelardo foi mestre em lógica e suas maiores contribuições se referem à retomada do debate entre razão e fé e à fundamentação do método escolástico, notadamente observado em *Sic et Non*, obra na qual discorre sobre os possíveis equívocos que causam falsas interpretações da *Sagrada Escritura* e ainda afirma que "[...] o interrogar assíduo e freqüente é definido como primeira chave da verdade" (ABELARDO, 2005, p. 129). Protagonizou importantes debates nos quais contribuiu para o amadurecimento do método dialético para o estudo.

Outro escolástico que se destaca no período da Idade Média Central é Hugo de São Vitor (1096-1141) que faz sua reflexão à luz da razão, mas também toma como ponto de partida sempre a fé. Demonstra em seu pensamento, uma divisão equilibrada entre a esfera que compreende a racionalidade humana e a revelação divina procurando estabelecer a centralidade da união corpo-espírito, prática-teoria, temporal-eterno, manual-intelectual.

Santo Tomas de Aquino (1225-1274), por sua vez, um século depois, apresenta sua posição sobre a separação dos poderes de forma bastante equilibrada. Considera os dois poderes como fundamentais aos homens porque um cuida do espírito e o outro da matéria, sendo ambos governados por Deus. Isso mostra a idéia de totalidade presente nos pressupostos de Aquino, pois estabelece um diálogo entre fé e razão.

Contudo, se Aquino propõe a união das duas formas de governo, Dante (1265 - 1321) propõe a separação total entre os dois poderes, de modo que a Igreja não poderia mais intervir no poder temporal. Dante questiona o fato de que na

monarquia o governante alegava ser escolhido por Deus. Explica que se os homens desenvolverem seu intelecto saberão escolher um governante que pense num bem comum.

Oliveira (2005) afirma que o século XIII foi o grande século da Escolástica, das corporações de ofício, do nascimento das universidades e o momento em que se verifica a intensificação do debate pela separação dos poderes entre o papado e os príncipes. Nesse debate pela supremacia dos poderes, grandes pensadores escolásticos se colocam contra ou a favor da Igreja. Segundo De Boni (2007), sob influência da cúria romana, desenvolveu-se na Igreja uma teoria hierocrática afirmando que o papa estava revestido de poderes extraordinários e que era, por meio dele, que se constituía todo o poder no mundo. Dentre os defensores dessa forma de absolutismo eclesiástico encontravam-se juristas e teólogos.

Nesse período da história, entender o mundo a partir de uma visão racional gerou uma complexidade de divergências, pois a humanidade se fundamentava nas explicações religiosas dadas, até então, pela Igreja e não pela busca de um entendimento concreto e experimental, procurando analisar o mundo mediante a via da razão.

De acordo com Oliveira (2005), na luta entre o papa e a realeza, incorporada pelas cidades e em especial pelos pensadores da Universidade percebemos que os escolásticos do século XIII não se envolveram somente nas disputas doutrinárias entre a filosofia greco-romana (especialmente Aristóteles) e as verdades da Bíblia. Esses escolásticos mostraram que o envolvimento do saber com o governo era importante, pois a consciência social proveniente desse saber é o que os conduzia a uma ou outra tomada de posição. E é exatamente isso que ocorre com Guilherme de Ockham (1280?-1349?).

Em meados do século XIV Guilherme de Ockham, segundo Perin e Oliveira (2007) buscou entender e esclarecer duas questões consideradas inconciliáveis: fé e razão. Ao discutir seu momento histórico, Ockham verificou que não havia necessidade de conciliar fé e razão, mas sim, que as duas seguem caminhos diferentes para explicar a natureza, o homem e a alma. Deste modo, de acordo com o autor, o conhecimento empírico dá ao homem a possibilidade de conhecer o objeto de forma concreta e singular. Porém, este conhecimento intelectual não vem de Deus, de modo que Deus só pode ser conhecido por meio da fé e não intelectivamente. Assim, o pensamento racional não permite que os indivíduos conheçam o que está relacionado ao Divino, mas sim, que conheça o mundo na sua forma verdadeira.

Os argumentos que o autor usava eram de que a fé não podia mais atender às expectativas de confirmar o conhecimento. A organização social do século XIV, para ele, estava voltada para a busca de descobertas e de experiências que não deveriam se pautar somente nas explicações religiosas, pois as exigências de sobrevivência precisavam de um pensamento reflexivo, racional, que pudesse atender às prioridades que estavam sendo postas cotidianamente aos homens (PERIN e OLIVEIRA, 2007, p. 163).

Dessa forma, como as autoras apresentam na citação acima, Ockham, em sua obra *Brevilóquio*, discute a separação dos dois poderes eclesiástico e laico e no decorrer de todos seus argumentos o autor objetiva mostrar que o papa não tem a supremacia sobre o poder temporal.

É necessário, pois, que o papa, que é juiz, médico e sacerdote, saiba explicitamente que poder tem e que poder não tem sobre os outros,

a fim de não vir a julgar alguém com direito usurpado, contra a doutrina de Agostinho, incorporada à lei (*c. 18, C. 2, q. 1, Multi*), para que não aconteça que "se um cego conduz a outro, tombarão ambos na mesma vala" (Mt 15, 14), para que não dê a morte em vez de remédio e para que, ignorando o que se refere a ele, não seja ignorado e reprovado pelo Senhor, porque, como se diz o Apóstolo (1Cor 14,38): "quem ignora será ignorado", e a ignorância daquelas coisas que alguém é obrigado a conhecer é a mãe de todos os erros, devendo ser evitada principalmente no sumo sacerdote, que no povo de Deus recebeu o ofício de ensinar (*c. 1, d. 38*) (OCKHAM, 1988, p.33-34).

Ockham deixa muito claro, na passagem citada que cada um deve ocupar e desempenhar seus respectivos papéis. Para demonstrar isso, utiliza passagens da própria bíblia. Especificamente neste trecho Ockham refere-se ao fato de que o papa deveria saber que poder tinha e que poder não tinha. Assim como os súditos deveriam saber qual e quanto poder o papa tinha sobre eles.

De fato, confiando suas ovelhas a Pedro, Cristo não quis em primeiro lugar providenciar principalmente pela utilidade das ovelhas. Por isso não disse a Pedro: "Domina minhas ovelhas", nem disse: "Faz de minhas ovelhas o que te aprouver, que venha a redundar em teu proveito e honra", mas disse: "Apascenta minhas ovelhas", como se dissesse: "Faz o que vem em favor da utilidade e da necessidade delas, e sabe que não foste colocado à frente delas para teu proveito, mas para proveito delas" (OCKHAM, 1988, p. 50).

Neste parágrafo Ockham explica a importância do bem comum. Utiliza dos pressupostos bíblicos para sustentar o argumento de que se o papa tinha poder, era para agir em favor das necessidades do povo e não em seu próprio benefício.

Os reis e os príncipes seculares não têm a plenitude do poder. Em caso contrário, o principado real seria um principado despótico, os súditos do rei seriam seus servos, não havendo entre eles distinção entre livres e servos, pois todos seriam servos. Logo, muito menos o papa possui a plenitude do poder nas coisas espirituais, pois na pessoa dos apóstolos foi interdito ao papa e aos demais prelados exercer sobre os fiéis, em quaisquer assuntos, tanto poder quanto os reis e príncipes exercem sobre seus súditos. É a própria Verdade que diz em Mt 20,25-27: "Sabeis que os príncipes das gentes são seus dominadores, e os mais poderosos exercem poder sobre eles. Convosco, porém não será assim, mas quem quiser ser o maior entre vós, seja vosso ministro, e quem quiser ser o primeiro, seja vosso servo". (OCKHAM, 1988, p. 54-55)

Esta passagem exemplifica o fato de Ockham demonstrar, de vários modos, que o papa não possui a plenitude de poder. Argumenta que os príncipes e reis não tinham essa plenitude de poder, pois, se assim o tivessem, seriam príncipes tirânicos e os súditos, seus servos. Do mesmo modo, numa família, o pai não tem sobre os filhos esse poder pleno, pois assim os filhos seriam seus servos. Em suma, dentre outros exemplos, Ockham explica que o papa não tinha o poder de fazer leis em todos os assuntos que estão contra o direito divino ou o natural, portanto, não tinham a plenitude de poder nem nas coisas espirituais e temporais.

Deste modo, percebemos a intolerância do Papa por acreditar que o poder deveria se concentrar em apenas um. Acreditava-se, sobre a procedência do poder que,

tendo sua origem em Deus, descia primeiramente ao sumo pontífice e desse se estendia às demais autoridades, todos inferiores a ele. O poder temporal não se tornava supérfluo, mas afirmava-se que ele era posto na existência por meio do poder religioso e agia subordinado ao sumo pontífice que, em casos extraordinários, poderia nele intervir.

Se o papa tem plenitude do poder sobre reis e príncipes e outros fiéis, então pode dispor como quiser das coisas temporais deles. Tal poder, porém, significa propriedade e domínio das coisas. Houve, porém, alguns sumos pontífices, por exemplo, os monges e os que fizeram profissão religiosa, que não eram capazes da propriedade de coisas temporais, principalmente fora dos casos de necessidade, pois renunciaram à propriedade pelo voto de pobreza, que é da essência da vida monástica, como afirmam as decretais (*c.6,X De status monachorum, "Com ad monasterium"; 3,35*). Nenhum papa, pois por determinação de Cristo possui esta plenitude de poder. (OCKHAM, 1988, p. 57).

Como os monges, o papa não era dispensado da renúncia à propriedade, do voto de pobreza, pois segundo o autor, Cristo não determinou que um papa tivesse maior poder que outro nas coisas temporais e espirituais. Segundo o pensamento franciscano, Ockham argumentava que a Igreja, o papa e seus seguidores deveriam desapegar-se das coisas materiais, do que era supérfluo, por conseguinte, não deveriam possuir propriedades.

Diante das considerações estabelecidas sobre ao *Brevilóquio*, conclui-se que Ockham não expressa somente o fim da Escolástica, mas também o fim da Universalidade e Unidade da Igreja (OLIVEIRA, 2005). Neste momento não há mais lugar para o pensamento escolástico, pois a sociedade passava a viver de outro modo.

Importante salientar que esta separação dos poderes, até então discutida, está relacionada com a liberdade dos indivíduos. De acordo com De Boni (2007), a liberdade para Ockham pertence à constituição do homem, de modo que, se fosse privado dela, deixaria de ser homem.

De Boni (2007), argumenta que a liberdade constitui um direito *pré-estatal e pré-ecclesial*[1] do indivíduo e do cristão, o papa não pode tirar de alguém os direitos que foram concedidos pela natureza ou por Deus.

A plenitude de poder e liberdade, segundo este autor, são conceitos contraditórios que se excluem de forma mútua. A plenitude do poder torna-se algo que destrói o cidadão e o cristão, porque lhes tira de fato a liberdade. Portanto, o poder do papa deve ser limitado. O papa não pode exigir práticas que foram abolidas do Evangelho. Essa maneira irracional de agir, afirma De Boni (2007), acaba transformando os fiéis em escravos do papa.

Assim, ao estudarmos esta obra de Ockham tivemos a intenção de explicitar que na discussão pela separação dos poderes está inserida uma discussão sobre um novo modo de vida, por conseguinte, de Educação, aquele que leva o homem a liberdade. Desse modo, como apresentado no decorrer deste trabalho, o Homem é um ser social, um ser de relações e contatos, e assim sua influência e suas ações acabam por influenciar os outros que o cercam, levando à situações de prisão, opressão, ou liberdade e descobrimentos. A educação conduz os indivíduos à liberdade. Integra os homens à cultura, transmite atitudes e valores tornando-os autônomos. Os valores, enquanto crenças básicas que orientam a própria vida, não

se herdamos, aprendem-se. Quando se pensa em educação, constitui-se uma necessidade na realidade social, configurando-se como um sistema plural em todos os sentidos: econômico, social, político e cultural. A educação deriva das relações sociais entre os homens, e a liberdade qualifica a independência do ser humano. A educação é a essência de uma sociedade próspera, pois é por meio dela que os indivíduos aprendem a agir com ética, moral e tolerância. A escola sendo a ambiência cotidiana da educação deve considerar as dinâmicas que se estabelecem entre os processos de práticas culturais. Assim, a leitura, o conhecimento e a história são imprescindíveis na formação dos indivíduos, pois contribuem com a liberdade e, conseqüentemente, coletivamente com uma sociedade mais próspera.

REFERÊNCIAS

- ANSELMO. Monologion. In: **Os pensadores**. São Paulo: Abril cultural, 1973.
- DE BONI, L. A. O não-poder do papa em Guilherme de Ockham, Veritas, Porto Alegre, 2007, p.113-128. Disponível em ?. Acessado em: 02/12/2007.
- LE GOFF, J. **A civilização do ocidente medieval**. Bauru: EDUSC, 2005.
- LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para que?** São Paulo: Cortez, 2000.
- OCKHAM, Guilherme de. **Brevilóquio sobre o principado tirânico**. Petrópolis: Vozes, 1988.
- OLIVEIRA, T. **Escolástica**. São Paulo/Porto: Mandruvá/Instituto Jurídico Interdisciplinar da Universidade do Porto, 2005.
- PERIN, C. S. B. & OLIVEIRA, T. Guilherme de Ockham e a educação no século XIV: um momento de transição. In: **Pesquisas em antiguidade e Idade Média: olhares interdisciplinares**. São Luiz: UEMA, 2007, p. 155-165.
- SÃO VITOR, Hugo de. **Didascálicon**. Da arte de ler. Petrópolis: Vozes, 2001.
- TOMÁS DE AQUINO. **De magistro e Os sete pecados capitais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

[1] *Pré-estatal e pré-ecclesial*: Luis Alberto De Boni (2007) utiliza essas expressões para se referir a Realeza e a Igreja, ambas com poder dominante neste período.